



Educação em Direitos Humanos no EBRAPEM: aspectos sociopolíticos, teóricos e práticos presentes nesses trabalhos

Ewerson Tavares da Silva
José Pedro Machado Ribeiro

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar os aspectos sociopolíticos, teóricos e práticos presentes nos artigos que tangenciam a temática “Educação em Direitos Humanos” (EDH) no Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBRAPEM). Dessa forma, essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa documental de caráter qualitativo, de modo a caracterizar os trabalhos que dialogam com a EDH presentes nos anais desse evento. Para a coleta de dados, acessamos os anais desse evento no período de 2013 a 2021. Para análise desses trabalhos, elaboramos categorias a posteriori de modo a procurar confluências e divergências entre as propostas. Como resultado, evidencia-se a ínfima quantidade de trabalhos que abordam essa temática, estando presentes nestes a preocupação em direcionar seus debates para o âmbito da formação de professores de matemática, um importante caminho para que a EDH possa se efetivar nos mais diversos espaços educativos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; EBRAPEM; Educação Matemática.

Human Rights Education at EBRAPEM: sociopolitical, theoretical and practical aspects present in these works

Ewerson Tavares da Silva

Mestre em Educação em Ciências e Matemática e licenciado em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Professor da Rede Pública de Goiânia-GO, Brasil.

 <http://orcid.org/0000-0003-2903-4602>
✉: ewersontav@gmail.com

José Pedro Machado Ribeiro

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.

 <http://orcid.org/0000-0002-9227-3908>
✉: zpedro@ufg.br

Recebido em 27/02/2023

Aceito em 28/03/2023

Publicado em 09/05/2023

Abstract: This work aims to investigate the sociopolitical, theoretical and practical aspects present in the articles that touch on the theme “Education in Human Rights” (EDH) in the Brazilian Meeting of Graduate Students in Mathematics Education (EBRAPEM). Thus, this research is characterized as a documentary research of a qualitative nature, in order to characterize the works that dialogue with EDH present in the annals of this event. For data collection, we accessed the annals of this event from 2013 to 2021. For the analysis of these works, we elaborated a posteriori categories in order to look for confluences and divergences between the proposals. As a result, there is evidence of the small number of works that address this theme, with a concern in directing their debates to the scope of mathematics teacher training, an important path for EDH to be effective in the most diverse educational spaces.

Keywords: Human Rights Education; EBRAPEM; Mathematics Education.

Educación en Derechos Humanos en la EBRAPEM: aspectos sociopolíticos, teóricos y prácticos presentes em estos trabajos

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo investigar los aspectos sociopolíticos, teóricos y prácticos presentes em los artículos que tocan el tema “Educación em Derechos Humanos” (EDH) em el Encuentro Brasileño de Estudiantes de Posgrado em Educación Matemática (EBRAPEM). Así, esta investigación se caracteriza como una investigación documental de carácter cualitativo, con el fin de caracterizar las obras que dialogan con EDH presentes em los anales de este evento. Para La recolección de datos, accedimos a los anales de este evento desde 2013 hasta 2021. Para el análisis de estos trabajos, elaboramos categorías a posteriori de modo a buscar confluencias y divergencias entre las propuestas. Como resultado, se evidencia eles caso número de trabajos que abordan esta temática, con La preocupación de encaminar

sus debates al ámbito de la formación de profesores de matemáticas, vía importante para que la EDH sea efectiva em los más diversos espacios educativos.

Palabras clave: Educación em Derechos Humanos; EBRAPEM; Educación Matemática.

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por sistemas de opressão, processos de dominação, violação de direitos, desigualdades e lutas entre grupos hegemônicos contra grupos não hegemônicos. É uma difícil tarefa contar a história ou realidade de um povo sem mencionar uma série de atrocidades que marcam a sua trajetória. O que podemos ver são os tipos de violação sendo alteradas de acordo com o tempo, local e cultura.

Tais violações atravessam nossas realidades tanto em uma esfera pessoal quanto global. Segundo Candau e Sacavino (2013, p. 60) “basta ler os jornais diários ou assistirmos os informativos televisivos para que sejamos expostos às múltiplas e diversificadas violações dos direitos humanos”.

A promulgação da Declaração dos Direitos Humanos pela ONU em 1948 e a Conferência mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, evidenciam a preocupação de um grande número de países em refletir sobre essa temática. Percebe-se assim, como aponta Candau e Sacavino (2013, p. 60) “uma nova sensibilidade social, ética, política e cultural em relação aos direitos humanos”. Entretanto as autoras apontam que:

não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos em nossa sociedade (CANDAU; SACAVINO, 2013, p. 60).

Nesse contexto, surge a necessidade da educação firmar-se a esse compromisso. Termos como ‘educação como/para/em direitos humanos’(EDH), muitas vezes utilizados como sinônimos ganham destaque. Tais reflexões se difundiram não apenas no Brasil, mas por toda América Latina e por outras partes do mundo, não escapando de uma construção polissêmica e até de ambivalência em seus significados.

Muitos são os enfoques e os significados que, ao longo dos anos, têm sido desenvolvidos nos diversos continentes sobre a Educação em Direitos Humanos, sem que se possa afirmar que tenha sido alcançado consenso entre os diferentes autores e perspectivas (CANDAU; SACAVINO, 2013, p. 60).

São muitas as causas para a ausência desse consenso. Entre elas, a própria configuração e bandeira dos direitos humanos deve ser problematizada. Boaventura (2013) nos convida a

pensar se os Direitos Humanos servem eficazmente à luta dos excluídos, dos explorados e dos discriminados ou se, pelo contrário, a torna mais difícil. O autor traz essa reflexão ao perceber que os Direitos Humanos, até os dias atuais, por meio de discursos e como arma política, esteve ora a favor de processos revolucionários da mesma forma que legitimou práticas que consideramos opressivas.

A contradição pode se agravar se pensarmos que os Direitos Humanos, enquanto discurso, têm crescido em um cenário onde o Neoliberalismo ganha força. Dessa forma, é salutar refletir: quais Direitos Humanos são estes? Eles estão comprometidos com qual projeto de sociedade? Há alguma causa para essa gramática de emancipação social ter se sobressaído em meio ao cenário sócio-histórico em que vivemos? Essas questões devem ser exploradas para que possamos ter clareza sobre quais pilares a perspectiva da EDH está pautada.

Diante de tais reflexões e da complexidade que permeia os debates acerca da EDH propomos o objetivo de investigar os aspectos sociopolíticos, teóricos e práticos dos trabalhos que tangenciam a temática EDH no Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBRAPEM). Tal objetivo visa desvelar a natureza e a forma como os pesquisadores têm abordado essa temática.

2 Educação em Direitos Humanos (EDH) e Educação Matemática

Os Direitos Humanos e a EDH são marcados por forte polissemia, evidenciando que são várias as leituras, compreensões e preocupações advindas dessa gramática. Segundo Benevides (2004, p. 9)

A história dos direitos humanos é marcada em três gerações, são gerações no sentido da evolução histórica e não geração no sentido biológico, pois não são superados com a chegada de uma nova geração, mas se superam dialeticamente, os novos direitos continuam incorporados na nova geração.

Tais gerações precisam ser compreendidas, pois influenciam na forma como a EDH irá ser teorizada, popularizada e abordada como prática pedagógica. A primeira geração dos Direitos Humanos é influenciada pelo Iluminismo sendo marcada pelas liberdades individuais, também conhecidas como direitos civis. Segundo Benevides (2004, p. 10) “são as liberdades consagradas no século XVIII, com o advento do liberalismo, são direitos individuais contra a opressão do Estado, contra o absolutismo, as perseguições religiosas”.

A segunda geração é fortemente influenciada por movimentos socialistas, advindas do século XIX e meados do século XX, sendo marcada por uma pressão em prol do aumento dos

direitos sociais. Segundo Benevides (2004, p. 10) esses “são todos aqueles direitos ligados ao mundo do trabalho. Como o direito ao salário, à seguridade social, a férias, a horário, à previdência etc”.

A terceira geração tem como enfoque os direitos coletivos da humanidade, pois surge após a experiência com as duas Guerras Mundiais e as atrocidades advindas dessas. Eles problematizam e discutem, segundo Benevides (2004, p.10) “o meio ambiente, à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico. Direitos sem fronteiras, direitos chamados de solidariedade planetária”. Segundo Candau (2008), atualmente tem se incorporado preocupações que dão margem para a construção de uma quarta geração, marcada por questões de avanços tecnológicos, globalização e multiculturalismo.

Diante do esboçado, nas palavras de Candau (2008), é possível distinguir tal concepção através de dois grandes enfoques: um deles marcado pela ideologia neoliberal e um outro com um enfoque que parte de uma visão dialética e contra-hegemônica.

A leitura feita a partir da ideologia neoliberal “tende a ver a preocupação com os Direitos Humanos como uma estratégia dentro de um modelo vigente, sem questioná-lo” (CANDAU, 2008, p. 89). Dessa forma, enfatiza-se os direitos individuais, as questões éticas e os direitos civis e políticos. A autora destaca que questões como discriminação racial e de gênero, preconceitos, violência, segurança, drogas, sexualidade, tolerância e meio ambiente fazem parte das suas discussões, abarcando as três primeiras gerações dos Direitos Humanos.

Sob um outro enfoque, a partir de uma visão dialética e contra-hegemônica, projeta-se os Direitos Humanos como “mediações para a construção de um projeto alternativo de sociedade: inclusivo, sustentável e plural” (CANDAU, 2008, p. 89). Esse tem como objetivo a transformação social de modo a privilegiar o empoderamento de grupos culturais e sociais frequentemente violados. Esse enfoque resgata termos da primeira, segunda e terceira geração dos Direitos Humanos e aponta para uma quarta, incorporando avanços tecnológicos, da globalização e do multiculturalismo. Segundo a autora,

essas duas perspectivas em muitos casos se combinam, praticamente não existindo em um estado puro. No entanto, é importante identificar a matriz predominante em cada proposta e, principalmente, fazer opções claras sobre em que horizonte se pretende caminhar (CANDAU, 2008, p. 90).

Tais perspectivas anunciam os interesses sociopolíticos presentes na narrativa dos Direitos Humanos. Candau (2008) analisa como positivo o crescimento estimulante desse discurso na América Latina e defende que, para que essa temática continue a se difundir, é salutar que a EDH ganhe forças dentro das instituições de ensino, de modo a pavimentar um caminho de debates capazes de materializar e amadurecer tais reflexões.

Nos deslocando de um enfoque sociopolítico em direção a um enfoque teórico e prático, pode-se perceber que a EDH ganha uma grande dimensão e respaldo a partir da elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Esse documento aponta para que essa proposta possa se estender nos mais diversos espaços educativos

Sob a perspectiva da EDH as metodologias de ensino na educação básica devem privilegiar a participação ativa dos/as estudantes como construtores/as dos seus conhecimentos, de forma problematizadora, interativa, participativa e dialógica. São exemplos das possibilidades que a vivência destas metodologias pode possibilitar: • construir normas de disciplinas e de organização da escola, com a participação direta dos/as estudantes; • discutir questões relacionadas à vida da comunidade, tais como problemas de saúde, saneamento básico, educação, moradia, poluição dos rios e defesa do meio ambiente, transporte, entre outros; • trazer para a sala de aula exemplos de discriminações e preconceitos comuns na sociedade, a partir de situação-problema e discutir formas de resolvê-las; • tratar as datas comemorativas que permeiam o calendário escolar de forma articulada com os conteúdos dos Direitos Humanos de forma transversal, interdisciplinar e disciplinar (BRASIL, 2012, p. 14).

No âmbito do ensino superior projeta-se que esse debate também se faça presente. Segundo esse mesmo documento,

Espera-se de uma IES que contemple os Direitos Humanos como seus princípios orientadores e a Educação em Direitos Humanos como parte do processo educativo. Sem o respeito aos Direitos Humanos não será possível consolidar uma democracia substancial, nem garantir uma vida de qualidade para todos/as. Será preciso o compromisso com a construção de uma cultura de direitos, contribuindo para o bem estar de todos/as e afirmação das suas condições de sujeitos de direitos (BRASIL, 2012, p. 16).

Tais argumentos presentes nesse documento apontam para a ideia de que tais proposições alteram a visão que temos de educação e "impregna todo o processo educativo, questiona as diferentes práticas desenvolvidas na escola, desde a seleção dos conteúdos até os problemas de organização escolar" (CANDAU, 2008, p. 92). Dessa forma é salutar pensarmos sobre as formas com a matemática e o ensino dessa ciência possam estar articulados a esse projeto de educação (e de sociedade).

Um ponto de partida importante pode ser a tentativa de compreender a aproximação (ou não) desses debates na formação dos educadores matemáticos. Consciente dessa importância, Vieira (2020) esboça em seu trabalho a preocupação: "De que forma o professor/a de matemática pode ser comprometido na perspectiva de educar em Direito Humanos?" (VIEIRA, 2020, p. 65).

Tal questionamento coloca a Matemática e os educadores matemáticos em posições de agentes sociopolíticos, termo utilizado por pesquisadores da Educação Matemática como Gutstein (2006) e Skovsmose (2013) ao qual se aproxima do que propõe o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) quando aborda que uma das dimensões dessa proposta é promover uma “formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político” (BRASIL, 2006).

Pensar a Educação Matemática como meio para se dialogar sobre Direitos Humanos é repensar as finalidades e formas com as quais ensinamos, aprendemos e construímos essa ciência. D’Ambrosio (2005) desloca os educadores e a matemática de uma posição de passividade diante do que podemos presenciar na vida social. O autor elucida que “nossa responsabilidade é preparar as gerações para viverem um novo sistema de valores, no qual não estarão presentes intolerância, iniquidades e ignorância. A Matemática, e conseqüentemente, a Educação Matemática, tem tudo a ver com isso” (p. 1).

Dessa forma, torna-se urgente fazer com que a Educação Matemática, por meio de práticas e reflexões, possa se envolver e contribuir com a EDH, seja por meio de

(i) afirmação de valores, atitudes e práticas que expressem a cultura dos direitos humanos; (ii) desenvolvimento de processos metodológicos; ou (iii) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2006, p. 11).

Evidencia-se um grande desafio à Educação Matemática, somado aos desafios que a própria proposta da EDH por si só já se defronta. Acerca desses desafios, no fim da década de 1990, um grupo de pesquisadores da América Latina destacou alguns importantes elementos necessários para a construção democrática da EDH. Dentre esses elementos, os autores destacaram

visão integral dos direitos; uma educação para o “nunca mais”; o desenvolvimento de processos orientados à formação de sujeitos de direito e atores sociais; e a promoção do empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais marginalizados ou discriminados. (CANDAU, 2005, p. 7-8).

Uma educação que promova o empoderamento individual e coletivo nos convida a “potencializar grupos ou pessoas que historicamente tem tido menos poder na sociedade e se encontram dominados, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana” (CANDAU e SACAVINO, 2013, p. 62), sejam por meio da perspectiva econômica, cultural, social ou política.

No âmbito da Educação Matemática algumas dessas preocupações são tangenciadas por meio de teorizações como a Educação Matemática Crítica (EMC) que tem como um de seus

expoentes nacionais o dinamarquês Ole Skovsmose (2007, 2013, 2014) e reflexões de Eric Gutstein (2006) a favor de uma escrita e leitura de mundo com a matemática tendo em vista a Justiça Social. Na tentativa de evidenciar tais aproximações, Vieira (2020) tem como um de seus objetivos elucidar a compreensão de Educação Matemática Crítica na perspectiva da EDH, na tentativa de compreender o professor de matemática como agente sociocultural e político, bem como verificar em que medida a matemática pode ser concebida como instrumento de conscientização, compreensão e promoção dos Direitos Humanos.

Para sua análise a pesquisadora realizou um mapeamento acerca do que estava sendo produzido nessa relação entre Educação Matemática e Direitos Humanos. Para isso, a autora utilizou como fonte apenas os periódicos acima de Qualis B2 na área de ensino e educação. A autora analisou trabalhos publicados de 2001 a 2019, construindo seu corpus de pesquisa com 12 obras. Entre esses trabalhos, a autora destaca os descritores mais presentes nas obras analisadas, são eles: (i) formação humana; (ii) cidadania; (iii) democracia; (iv) valores; (v) justiça social; (vi) diversidade; (vii) paz; (viii) direitos humanos e (ix) matemática inclusiva.

Como conclusão, a autora destaca que os trabalhos analisados trazem, de alguma forma e sob diferentes perspectivas, premissas que apontam para o educar em Direitos Humanos. No entanto, nenhum deles se debruça sobre uma visão macro dessa problemática. Segundo a autora

todos eles exigem uma nova postura do professor de matemática e alguns apresentam soluções para que isso se realize. Entretanto, falta objetividade nessas soluções, bem como uma visão macro da complexidade do processo, pois o foco esteve em torno da atividade matemática, fato que minimiza a problemática que envolve tantos outros determinantes (VIEIRA, 2020, p. 64).

Tendo em vista as discussões elaboradas, é importante compreendermos se essa limitação tem sido superada e como novos trabalhos em Educação Matemática têm pavimentado tais debates.

3 EMBRAPEM e a sua relevância para o campo da Educação Matemática

Após a década de 1980, em termos numéricos, passamos de um número tímido de pesquisas na área de Formação de professores, mais especificamente na formação de professores de matemática, e chegamos a marca numericamente expressiva de produções a partir dos anos 2000 (FIORENTINI et al., 2016, PATRONO, FERREIRA, 2021). A Educação Matemática enquanto área de pesquisa que tanto dialoga com as áreas anteriormente mencionadas, ganha força em meio a essa efervescência, pautada em produções científicas de modo a se tornar

possível compartilhar com seus pares reflexões e resultados que auxiliariam no crescimento desse campo de estudos. Programas de Pós-Graduação, revistas e eventos científicos têm auxiliado na difusão dessas reflexões e resultados.

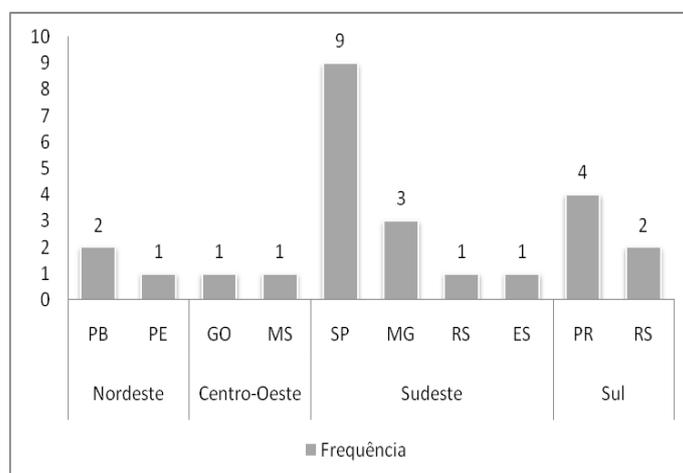
Esse trabalho se detém a discutir sobre as contribuições do Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBRAPEM) para essa área e mais especificamente, no que tange as discussões presentes nele acerca da Educação em Direitos Humanos.

O Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática (EBRAPEM) teve sua 1ª edição em 1997 e vem ocorrendo todos os anos desde então. A motivação para um evento dessa magnitude surge um grupo de pós-graduandos em Educação Matemática. Estes observaram que, apesar do crescimento do número de encontros científicos sobre Educação Matemática que contribuem para a discussão e divulgação das pesquisas nessa área, apenas as produções científicas já concluídas ou em fase de conclusão eram aceitas e assim, publicizadas.

Diante disso, o evento visa suprir uma demanda compreendida nos eventos científicos: a ausência de um espaço para discutir e apresentar pesquisas em andamento, de modo que fosse possível observar suas propostas, o modo como está sendo elaborada e as tomadas de decisão, possibilitando que o pesquisador possa receber contribuições no que tange o referencial teórico e o refinamento dos métodos presentes em suas pesquisas.

O EBRAPEM tem acontecido em diversas partes do Brasil desde a sua criação de modo a popularizar-se em âmbito nacional. De modo a ilustrar tais dados, a figura a seguir apresenta tais dados.

Figura 1- Regiões onde ocorreram as edições do EBRAPEM



Fonte: Adaptado de XXVI EBRAPEM (2022)

Conforme os dados apontam, o EBRAPEM já teve edições em diversas partes do país, exceto na região Norte. Pode-se perceber uma maior frequência no estado de São Paulo (9 edições), seguida do Paraná (4 edições) e de Minas Gerais (3 edições). As causas desse descompasso podem ser diversas, desde o fato de que há um maior número de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que abordam a Educação Matemática nessas regiões e em seus entornos ou mesmo por interesses internos do grupo responsável por tais decisões. Apresentado o espaço onde se deu a busca por trabalhos, é importante evidenciar como essa busca aconteceu.

4 Metodologia da pesquisa

Para o alcance do objetivo desta pesquisa delimitamos algumas etapas. Inicialmente buscamos mapear nos anais desse evento os trabalhos que abordaram essa temática. Entretanto o EBRAPEM é um evento que ocorre desde 1997, evidenciando a necessidade de refinamentos para essa busca. De modo a fazer um recorte temporal recorreremos apenas aos anais a partir de 2012. Esse recorte temporal se justifica, pois em 2012 o Ministério da Educação publicou as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, documento que regula como essas discussões devem estar presentes na formação inicial e continuada dos professores, de modo a repercutir nas salas da educação básica.

Dessa forma, fomos até os anais desse evento em busca de trabalhos que apresentavam o termo “direitos humanos” em seus títulos ou resumos. O Quadro 1 apresenta o *corpus* da pesquisa, ilustrando a quantidade de trabalhos presentes em cada um desses anos.

Quadro 1: Total de trabalhos

Ano	Total de trabalhos aceitos no EBRAPEM
2013	306 trabalhos
2014	-
2015	257 trabalhos
2016	277 trabalhos
2017	234 trabalhos
2018	268 trabalhos
2019	412 trabalhos
2020	377 trabalhos
2021	451 trabalhos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do quadro acima, podemos ver a relevância desse evento para os Pós-Graduandos em Educação Matemática devido a expressiva quantidade de trabalhos analisados em cada edição desse evento. Não conseguimos ter acesso aos anais dos trabalhos do ano de 2014.

Apesar da grande proporção de artigos, apenas 2 deles possuíam o termo “direitos humanos” em seus títulos ou resumos.

De modo a evidenciar tais trabalhos, elaboramos o Quadro 2 apresentando o título do trabalho, o nome dos autores e o ano em que esse trabalho foi submetido ao evento, sendo esses dois trabalhos o *corpus* desta pesquisa.

Quadro 2: Trabalhos que possuem o termo “direitos humanos” em seus títulos ou resumos

Título do trabalho	Autor (a)	Ano
Educar em Direitos Humanos por meio da Matemática: Um curso online de formação de professores	MENDES, Luiza Cardoso	2020
Educação Matemática Crítica, exploração, resolução e proposição de problemas multicontextual crítica como caminhos para uma Educação em, com e para os Direitos Humanos	TENÓRIO, Rodrigo Cavalcante	2021

Fonte: Elaborado pelos autores

Esses trabalhos serão analisados por meio de três aspectos: (i) aspectos sociopolíticos aos quais as propostas estão associadas; (ii) aspectos teóricos que têm orientado tais discussões e (iii) aspectos práticos presentes nesses trabalhos. De modo a compreender melhor como se materializa cada um desses aspectos, elaboramos Categorias de Análise a posteriori a leitura desses trabalhos, pois como defende Rodrigues (2019),

Em pesquisas de natureza qualitativas não devemos definir categorias a priori, pois as Categorias de Análise envolvem uma expressão-chave que procura articular as confluências e divergências [...] visando à compreensão do objeto investigado (p. 29).

Dessa forma, as Categorias de Análise nos servirão como ponto de partida para discutirmos aspectos centrais desses trabalhos, de modo a compreender os aspectos que podem ser evidenciados nessas pesquisas.

5 Caracterizando os trabalhos encontrados

Após identificarmos os trabalhos que carregam tais discussões, realizamos a leitura integral dessas obras de modo a identificar a natureza de suas discussões e propostas. Os dois trabalhos analisados são recortes de dissertações que estavam em andamento e foram encontradas nas últimas edições no EBREPEM, revelando uma possível lacuna no que tange essa abordagem no âmbito da Educação Matemática.

5.1 Aspectos sociopolíticos presente nos trabalhos

Ambas as propostas elaboram uma discussão sobre EDH, entretanto Mendes (2020) traz em seu trabalho uma discussão mais profunda sobre EDH, evidenciando o movimento das discussões em torno dos Direitos Humanos e da EDH. O Quadro 3 nos auxilia a compreender, por meio de trechos desses artigos, os enfoques dados por esses artigos.

Quadro 3: Enfoque sociopolítico presente nas propostas

Trechos dos artigos	Categoria de Análise
Para que o ensino possa atingir os objetivos da Educação em Direitos Humanos, este deve ser crítico, pois <i>sem esse caráter fica restrito ao status quo e ao sistema regente na sociedade que até então não conseguiu implementar os Direitos Humanos em sua plenitude</i> (MENDES, 2020, p. 8, grifo nosso).	Dialético
afinal, no Brasil todos podem exercer suas liberdades individuais, como direito à crença, locomoção, propriedade? Ou ainda, todos têm reconhecidos seus direitos trabalhistas, à saúde, à educação, ao patrimônio intelectual? (MENDES, 2020, p. 2)	Neoliberal
Por direitos humanos, entendemos o direito que todos têm ao nascer, que é acima de tudo viver, mas viver em plenitude, tendo acesso aos recursos básicos que garantam a sua existência e, além disso, participação na esfera social como membro ativo (TENÓRIO, 2021, p. 6).	Neoliberal

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante desses dados, evidencia-se o que Candau (2008) defende ao apontar que essas perspectivas praticamente não existem em um estado puro, encontrando-as constantemente sob forma de combinação. O trabalho de Mendes (2020) evidencia isso muito bem ao denunciar a necessidade de uma postura crítica frente aos Direitos Humanos de modo que possa romper com o *status quo* e ao sistema vigente que, até então, não encontrou mecanismos para dar forma aos Direitos Humanos da forma como precisamos, enquanto sociedade.

A compreensão da dualidade dessas perspectivas em meio aos discursos dos Direitos Humanos e da EDH aponta para uma necessidade de compreendermos os espectros e espaços de atuação em que essas propostas visam dialogar, de modo que possamos nos alinhar a um projeto que atenda com nossos ideais. A necessidade de evidenciar a existência desses diferentes projetos de Direitos Humanos e de EDH se reforça em Candau e Sacavino (2013) ao apontarem a necessidade de “assumir uma concepção de Direitos Humanos e explicitar o que se pretende atingir em cada situação concreta” (p.65).

5.2 Aspectos teóricos presentes nesses trabalhos

Para a análise do enfoque teórico presente nesses trabalhos, consideramos inicialmente os referenciais teóricos utilizados por esses autores. Essa análise está organizada em duas

dimensões: (i) dimensão documental e (ii) dimensão autoral. Abaixo, no Quadro 4, está representada a dimensão documental presente nesses trabalhos.

Quadro 4: Dimensão documental dos referenciais teóricos

Documentos que dialogam sobre EDH ou Direitos Humanos	Categoria de Análise
BRASIL. Caderno de Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais. Brasília: Ministério da Educação (MEC). 2013.	Documento Nacional
BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação (MEC). 2006.	Documento Nacional
ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nova York: Nações Unidas, 1948.	Documento Internacional

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante do apontado, podemos perceber que dois documentos nacionais têm direcionado o debate desses artigos. Tais dados também evidenciam o quão atuais são esses documentos, revelando que a preocupação em articular Direitos Humanos na educação é algo recente. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um referencial presente em ambos os artigos, enfatizando ser um importante marco para pensarmos nos Direitos Humanos e consequentemente, a EDH.

A seguir apresentamos a dimensão autoral das obras que se fizeram referenciais para os trabalhos analisados. De modo a elaborar as categorias, foi-se analisada a área de concentração a qual tal obra está delineada.

Quadro 5: Dimensão autoral dos referenciais teóricos

Autores que discutem sobre EDH ou Direitos Humanos	Categoria de Análise
BENEVIDES, M. V. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, J. S. (Orgs.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 43–65.	Educação
CANDAU, V. M. F. Educação em Direitos Humanos no Brasil: gênese, desenvolvimento e desafios atuais. In: PAIVA, A. R. (Org.). Direitos humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012. p. 17–33.	Educação
CANDAU, V. M. F.; SACAVINO, S. B. Educação em direitos humanos e formação de educadores. Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59–66, jan./abr. 2013.	Educação
DALLARI, D. A. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, J. S. (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 66–77.	Educação
OLIVEIRA, R. A. Educação em Direitos Humanos e a BNCC. In: PURIFICAÇÃO, M. M.; PESSOA, M. T. R.; DA SILVA, S. C. C. G. (Orgs.). Aspectos Históricos, Políticos e Culturais da Educação Brasileira 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p. 6–18.	Educação

OLIVEIRA, R. D. V. L. de; QUEIROZ, G. R. P. C. (Org.). Olhares sobre a (in)diferença: formar-se professor de ciências a partir de uma perspectiva de Educação em Direitos Humanos. São Paulo: Livraria da Física, 2015.	Ensino de Ciências
VIEIRA, L. B. Educação Matemática Crítica na perspectiva de educar em direitos humanos: conexões entre políticas públicas e formação de professores. 2020. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.	Educação Matemática
VIEIRA, L. B.; MOREIRA, G. E. Direitos Humanos e Educação: o professor de matemática como agente sociocultural e político. Revista de Educação Matemática, vol. 15, n. 20, p. 548–564, set./dez. 2018.	Educação Matemática
ZENAIDE, M. N. T. Linha do tempo da Educação em Direitos Humanos na América Latina. In: FERNANDEZ, M. B.; ZENAIDE, M. N. T.; TOSI, G.; RODINO, A. A. (Orgs.). Cultura e educação em direitos humanos na América Latina. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016. p. 39–89.	Educação

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante do apresentado no Quadro 5, podemos perceber que de nove obras citadas, seis delas foram produzidas no último decênio (2013- 2023). Dessas obras, seis delas fazem uma discussão no âmbito da Educação, onde duas obras têm na autoria a professora e pesquisadora Vera Maria Ferrão Candau, importante nome brasileiro na discussão sobre a temática da EDH. No âmbito do Ensino de Ciências, temos a obra Rogério Dalmo Varallo Lima de Oliveira, professor e pesquisador que tem produzido importantes reflexões sobre esse objeto de conhecimento no âmbito do Ensino de Ciências.

No âmbito da Educação Matemática, duas obras foram referenciais para os artigos analisados. Importante destacar que ambas têm na autoria a professora e pesquisadora Lygianne Batista Vieira, uma delas sendo a sua tese de doutorado e outra um artigo que faz um recorte das reflexões que ela projeta em sua tese.

Importante destacar a escassez de obras utilizadas que propõe tais reflexões partindo da especificidade do Ensino de Ciências e/ou Matemática. Esse fato revela a necessidade de serem desenvolvidas mais pesquisas nesse viés de modo a auxiliarem e sustentarem esse debate, a fim de que a EDH possa ganhar forma e vida nas salas de aula de todas as etapas e modalidades da educação.

5.3 Aspectos práticos presente nesses trabalhos

De forma a compreender a dimensão prática desses trabalhos, buscamos compreender sobre quais demandas tais trabalho visavam atender. O quadro 6 nos auxilia a compreender, por meio de trechos desses artigos, os enfoques dados por esses artigos.

Quadro 6: Enfoque prático presente nas propostas

Trechos dos artigos	Categoria de Análise
A parte prática da pesquisa será em uma turma de licenciandos e buscaremos junto a metodologia citada promover diálogos, discussões e reflexões, direcionadas a educação em, com e para os direitos humanos e a educação matemática, ensino e contexto sócio-político cultural, com temáticas relacionadas a pandemia da covid-19 (TENÓRIO, 2021, p.8).	Licenciandos
	Articula EDH e Educação Matemática Crítica
	COVID-19
Curso online de formação de professores, com o fim de entender como eles relacionam esses conhecimentos com a Matemática. [...] É importante destacar que a escolha por um curso online se deve ao momento atual de pandemia pelo novo coronavírus que não prevê a possibilidade de encontros presenciais no futuro breve. O curso, por sua vez, será realizado em quatro semanas com atividades síncronas e assíncronas. [...] As semanas serão temáticas sobre os seguintes assuntos: (1) Introdução ao conceito de Direitos Humanos e à Educação em Direitos Humanos; (2) Os conhecimentos matemáticos e a sociedade; (3) Matemática e populações marginalizadas (MENDES, 2020, p. 9-10).	Formação inicial e continuada de professores de matemática
	Curso online
	Aulas temáticas

Fonte: Elaborado pelos autores

Diante do apresentado, alguns elementos destacados pelos autores nos auxiliam a inferir sobre os aspectos práticos presentes em suas elaborações. Inicialmente ambas as propostas se voltam para a formação dos professores, seja numa perspectiva inicial ou continuada. Tais propostas corroboram no enfrentamento que Candau e Sacavino (2013) apontam sobre os desafios que as autoras consideram fundamentais para o desenvolvimento de ações e programas de educação em Direitos Humanos. Elas destacam sete desafios, sendo o sexto voltado para esse aspecto. Elas destacam

O que foi possível constatar é que ainda é tímida a introdução da temática dos Direitos Humanos na formação de professores e educadores em geral, tanto na formação inicial quanto continuada. [...] No entanto, trata-se de uma questão urgente se queremos colaborar para a construção de uma cultura dos Direitos Humanos, que penetre as diferentes práticas sociais (CANDAU e SACAIVINO, 2013, p. 65-66).

Evidencia-se a relevância desses trabalhos de modo a introduzir a EDH na formação e prática desses educadores. Outro aspecto importante desenvolvido por Tenório (2021) foi articular a EDH com outra grande teoria, de modo a encontrar aproximações e distinções entre as propostas, o que não ocorre no texto da Mendes (2020).

Além disso, ambas as propostas têm em seus textos influências da COVID-19, revelando a preocupação dos autores de trabalharem de acordo com a realidade posta a eles. Tenório (2021) faz da pandemia da COVID-19 um tema de reflexão para pensarmos sobre a tríade: Educação Matemática- Educação em Direitos Humanos- COVID-19. Diferente disso, as condições impostas pela Pandemia da COVID-19 fizeram com que a proposta da Mendes (2020) ocorresse de forma on-line com momentos síncronos e assíncronos, devido a impossibilidade de encontros

presenciais. Apesar disso, Mendes (2020) menciona a tentativa de uma sensibilização por meio de uma abordagem que vise aproximar a matemática das demandas das populações marginalizadas, colaborando no enfrentamento de outro desafio para o desenvolvimento de ações de formação em direitos humanos, conforme aponta Candau e Sacavino (2013).

Por fim, Mendes (2020) aponta as temáticas que irão orientar em cada um dos encontros de seu curso online. Caso o material utilizado fique disponível em sua dissertação, teremos um material de apoio que poderá ser utilizado como referência para outras formações matemáticas baseados na EDH. Essa ação de estimular a produção de materiais de apoio se aproxima como ferramenta no enfrentamento dos desafios apresentados por Candau e Sacavino (2013) sobre os desafios para o desenvolvimento de ações e programas para se educar em Direitos Humanos.

6 Considerações finais

Educar em Direitos Humanos é um grande desafio que tem se apresentado à comunidade acadêmica e a professores das mais diversas etapas e modalidades da educação. Apesar do desafio, tem sido considerado fundamental para a construção de uma sociedade democrática, sendo necessário ser internalizado tanto nas mentalidades individuais quanto coletivas (CANDAU; SACAVINO, 2013).

Buscar trabalhos que abordem tal discussão em um evento de estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática revela nossa preocupação de compreender como tais discussões têm sido incorporadas e direcionadas de modo a enfrentar os inúmeros desafios que a EDH se defronta. Apesar da pouca quantidade de trabalhos encontrados que apresentavam essa preocupação, é importante pensarmos nos impactos que tais pesquisas poderão trazer aos envolvidos nessas propostas, despertando uma possível sensibilização e mobilização em prol da EDH. Paralelo a isso, é importante compreendermos a limitação do espaço onde essa busca foi realizada, o que pode nos sugerir que em outras plataformas de busca poderíamos encontrar outras realidades.

Diante de tais informações, evidencia-se que as pesquisas encontradas no EBRAPEM que tangenciam a temática da EDH possuíam uma proposta de intervenção, além da elaboração teórica esperada de uma pesquisa de Pós-Graduação. Dessa forma, destacamos a preocupação dessas pesquisas em colaborar, em um nível prático, com aquilo que tem sido direcionado por documentos oficiais e referenciais teóricos que se aprofundam nesse debate.

Por fim, defendemos que essa perspectiva é imprescindível para a elaboração de estratégias pedagógicas e de construção coletiva de reflexões em prol de superar os sistemas de

opressão, processos de dominação, violação de direitos e desigualdades que nos defrontamos diariamente. A Matemática e a Educação Matemática têm um importante papel nesse enfrentamento, sendo ferramenta para ler, criar e escrever um mundo baseado em equidade e alteridade, onde essas violações de direitos que estamos acostumados a conviver e perpetuar possam ser apenas um episódio sombrio da nossa história enquanto humanidade.

7 Referências

BENEVIDES, Maria Victória. **Cidadania e Direitos Humanos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; MEC, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Diário Oficial da União: 30 de maio de 2012.

CANAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: principais desafios**. Rio de Janeiro: 2005.

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. In: SACAVINO, Susana, CANAU, Vera Lúcia (orgs.) **Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas**. Petrópolis, RJ. DP et Alli Editora, 2008.

CANAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores. **Educação**. v. 36, n. 1, p. 59- 66, jan./abr. 2013.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Armadilha da Mesmice em Educação Matemática**. **BOLEMA**. v. 18 n. 24, 2005.

FIORENTINI, Dario; PASSOS, Cármem Lúcia Brancaglioni; LIMA, Rosana Catarina Rodrigues de (Org). **Mapeamento da pesquisa acadêmica sobre o professor que ensina Matemática: período 2001-2012**. E-book. 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/pagina_basica/58/e-book_mapeamento-pesquisa-pem.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2023.

GUTSTEIN, Eric. Reading and writing the word with mathematics: Toward a pedagogy for social justice. **New York. Routledge**.

MENDES, Luiza Cardoso. Educar em Direitos Humanos por meio da Matemática: Um curso online na formação de professores. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 24.: 2020: Cascavel, PR. **Anais XXIV Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação: "Epistemologia da Pesquisa em Educação Matemática: Metodologias e Tecnologias**. Cascavel (PR):UNIOESTE, 2020. Disponível em: <<http://eventos.sbem.com.br/index.php/EBRAPEM/index/pages/view/anais2020>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

PATRONO, Rosângela M., FERREIRA, Ana Cristina, Levantamento de pesquisas brasileiras sobre o Conhecimento Matemático para o Ensino e Formação de Professores. **Revemop**, Ouro Preto, Brasil, v. 3, e202102, p. 1-24, 2021. <https://doi.org/10.33532/revemop.e202102>

RODRIGUES, Márcio Urel (org.) **Análise de conteúdo em pesquisas qualitativas na área da educação matemática**. Curitiba: CRV, 2019.

SANTOS, Boaventura. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. In: *CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democraciae desenvolvimento***. São Paulo: Cortez, 2013.

SKOVSMOSE, Ole. **Um convite à educação matemática crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação Crítica: Incerteza, Matemática e Responsabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

TENÓRIO, Rodrigo Cavalcante. Educação Matemática Crítica, exploração, resolução e proposição de problemas multicontextual crítica como caminhos para uma Educação em, com e para os Direitos Humanos. In: XXIV Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática. 2021. **Anais do Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática**. Campina Grande (PB) UEPB, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xxvebrapem>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

VIEIRA, Lygianne Batista. **Educação Matemática Crítica na perspectiva de educar em direitos humanos: conexões entre políticas públicas e formação de professores**. 2020. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.